

MINAS GERAIS

Do Presídio de Teófilo Otoni I, em Teófilo Otoni para a APAC da comarca de Teófilo Otoni, por ordem judicial datada de 05/04/2022:

Marcelo Jose Monteiro – 686588	Itambacuri
--------------------------------	------------

Do Presídio de Araxá I, em Araxá para a APAC da comarca de Araxá, por ordem judicial datada de 19/04/2022:

Joao Guilherme Alexandre Souza – 515354	Araxa
---	-------

Do Presídio de Pirapora I, em Pirapora para a APAC da comarca de Pirapora, por ordem judicial datada de 19/04/2022:

Mauricio Batista Martins - 398275	Pirapora
Roberto Carlos Paranhos – 206615	Governador Valadares
Thiago Almeida Ramos - 742198	Pirapora
Vilmar Da Silva Santos - 715712	Pirapora

Do Presídio de Lagoa da Prata I, em Lagoa da Prata para a APAC da comarca de Lagoa da Prata, por ordem judicial datada de 20/04/2022:

Mário Nunes De Araújo Júnior – 80068	Bom Despacho
Saulo De Melo Franco - 406827	Lagoa Da Prata

Do Presídio de Patos de Minas I, em Patos de Minas para a APAC da comarca de Patrocínio, por ordem judicial datada de 18/04/2022:

Alisson Teixeira Silva – 346364	Patos De Minas
---------------------------------	----------------

IV - Autorizar a movimentação, em níveis interestaduais e internacionais, dos custodiados abaixo nominados, com seus respectivos números de INFOPEN:

MATRÍCULAS:

Na Penitenciária de Juiz de Fora II, em Juiz de Fora - MG, por ordem judicial datada de 10/02/2022:

Tiago Soares Ananias Fernandes - N/C	São João Nepomuceno - MG
--------------------------------------	--------------------------

No Centro de Remanejamento Provisório de Betim I, em Betim - MG, por ordem judicial datada de 01/04/2022:

Radamês de Oliveira Belini - 52715	Betim - MG
------------------------------------	------------

No Presídio de Paracatu I, em Paracatu - MG, por ordem judicial datada de 26/11/2021:

Carlos Antônio Gonçalves de Oliveira - N/C	Brasília - DF
--	---------------

No Presídio de Manhumirim I, em Manhumirim - MG, por ordem judicial datada de 08/02/2022:

Adair Guilherme de Paula - 125125	Manhumirim - MG
-----------------------------------	-----------------

No Presídio de São João Del Rei I, em São João Del Rei - MG, por ordem judicial datada de 01/04/2020:

Wagner Antônio dos Santos - 246228	São João Del Rei - MG
------------------------------------	-----------------------

No Presídio de Buritis I, em Buritis - MG, por ordem judicial datada de 20/01/2022:

Adão Gonçalves Rodrigues - N/C	Arimos - MG
--------------------------------	-------------

TRANSFERÊNCIAS:

Do Presídio de Teófilo Otoni I, em Teófilo Otoni - MG, para o CDPA - Centro de Detenção Provisório de Aracruz - ES, por ordem judicial datada de 24/02/2022:

Hotávio Pinheiro Rocha - 818393	Aracruz - ES
---------------------------------	--------------

V - Autorizar o internamento dos custodiados abaixo nominados, nos estabelecimentos médico-penais, conforme parecer da Superintendência de Atenção Integral ao Paciente Judiciário:

TRANSFERÊNCIAS:

Do Centro de Remanejamento Provisório de Belo Horizonte I, para o Centro de Apoio Médico e Pericial de Ribeirão das Neves I, para tratamento psiquiátrico temporário:

Kevin Araujo Parreiras - 593357	Belo Horizonte
---------------------------------	----------------

Do Presídio de Inhapim I, para o Centro de Apoio Médico e Pericial de Ribeirão das Neves I, para tratamento psiquiátrico temporário:

Amos Ribeiro dos S. Junior - 231292	Inhapim
-------------------------------------	---------

Do Presídio de São Lourenço I, para o Centro de Apoio Médico e Pericial de Ribeirão das Neves I, para tratamento psiquiátrico temporário:

Clenilson Francisco de Souza - 803734	São Lourenço
---------------------------------------	--------------

A Unidade Prisional poderá imediatamente efetivar a transferência, após tomar conhecimento da autorização, via Despacho SEI, contudo, o prazo de validade do Despacho, NÃO poderá exceder o prazo de 20 dias a contar da publicação no jornal de Minas Gerais. Não ocorrendo a apresentação dos custodiados nos estabelecimentos prisionais no prazo de 20 (vinte) dias, a contar da data da publicação deste ato, ficam as movimentações canceladas, conforme estabelecido no Memorando-Circular nº 2/2021/SEJUSP/SGVC. Em caso de descumprimento dos prazos estipulados será passível de ser reconhecida possível desobediência de ordem legal e o servidor responsabilizado por crime de improbidade administrativa, nos termos do Art. 11, Inc. I e II, Lei 8429/92, salvo, mediante prévia e fundamentada justificativa.

Superintendência de Gestão de Vagas,
Belo Horizonte, aos 26 de Abril de 2022.
Leonardo Mattos Alves Badaró
Superintendente

25 1625275 - I

RESOLUÇÃO SEJUSP - MG Nº 258 DE 25 DE ABRIL DE 2022 .
Institui o Manual de Marcas da Polícia Penal e dá outras providências. O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição do Estado de Minas Gerais; tendo em vista o disposto na Lei nº 23.304, de 30 de maio de 2019, bem como considerando o Decreto Estadual nº 47.795, de 19 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 48.333/2021.

RESOLVE:
Art. 1º - Fica instituído o Manual de Marcas da Polícia Penal.
Art. 2º - O presente Regulamento tem por finalidade definir, classificar, padronizar e regulamentar as marcas institucionais da Polícial Penal, bem como descrevê-las de forma geral.
Art. 3º - O uso das marcas da Polícia Penal tem por objetivos primordiais:
I – o fortalecimento da identidade institucional;
II – o pronto reconhecimento da instituição e dos servidores;
III – a uniformidade e a coerência da comunicação visual.

DIÁRIO DO EXECUTIVO

Art. 4º - Para fins desta Resolução considera-se:
I – brasão: conjunto de figuras, peças e ornatos que compõem o escudo institucional da Polícia Penal;
II – logotipo: símbolo que tem por finalidade a identificação institucional da Polícia Penal.

Art. 5º - A heráldica da Polícia Penal tem em sua composição as cores preta, cinza e branco e vermelho que significam:
I - preto: força, prudência, astúcia, rigor e honestidade; virtudes características do papel dos servidores da Polícia Penal que devem ser rígidos para garantir a segurança;
II - cinza: simboliza equilíbrio e flexibilidade, por ser a mistura proporcional do preto e o branco que estão relacionados aos conceitos de estabilidade, sucesso e qualidade; virtudes necessárias para desenvolver o importante papel na ressocialização;
III - branco: simboliza confiabilidade, honestidade, cura e tranquilidade. Qualidades vitais para o Polícial Penal no exercício das suas funções;
IV – vermelha: simboliza o estado de Minas Gerais.

Art. 6º - O logotipo da Polícia Penal é composto por quatro palavras: Polícia, Penal, Minas e Gerais. As palavras Polícia e Penal estão na horizontal - Polícia na parte superior e Penal na inferior, ambas alinhadas e justificadas dentro da mesma dimensão das margens laterais à esquerda e à direita. No campo à direita das palavras Polícia e Penal está uma caixa na vertical, com as palavras Minas e Gerais dispostas na vertical, justificadas e com o mesmo alinhamento lateral. A fonte utilizada é a Barlow Family, uma fonte robusta, impactante e compacta; próximo de outras marcas sobressai facilmente. A cor do texto Polícia Penal é cinza escuro, conforme Pantone constante no Manual de Marcas, cor esta presente na identidade visual do brasão e de todo o sistema prisional de Minas. O vermelho representa a cor da bandeira do estado de Minas Gerais.

Art. 7º - O brasão da Polícia Penal tem em sua composição o brasão do estado de Minas Gerais nas cores originais de forma centralizada, com a palavra POLÍCIA sobre o brasão e a palavra PENAL localizada abaixo do brasão, ambas inseridas em molduras. As siglas MG localizadas na ponta inferior nas cores preta e cinza conforme Manual de Marcas.

Art. 8º - Compete aos diretores, às Diretorias Regionais, às Superintendências e suas respectivas diretorias, às Assessorias de Gabinete, de Inteligência e Corregedoria exercer ação fiscalizadora do uso das marcas da Polícia Penal.

Art. 9º - Fica vedado ao diretor da Unidade, às Diretorias Regionais, às Superintendências e suas respectivas Diretorias, às Assessorias de Gabinete, de Inteligência e Corregedoria realizar qualquer alteração, inclusão ou exclusão nas marcas da Polícia Penal.

Art. 10 - É permitido o uso das marcas da Polícia Penal em materiais gráficos ou de comunicação sob prévia autorização do Departamento Penitenciário de Minas Gerais.

Art. 11 - O Departamento Penitenciário de Minas Gerais, em conjunto com a Assessoria de Comunicação, definirá os critérios e procedimentos para a aplicação em fachadas e viaturas ou onde for necessário.

Art. 12 - As descrições e as especificações técnicas das marcas e suas aplicações estão estabelecidas no manual de marcas disponível no site <Manual de Identidade da Polícia Penal de Minas Gerais>.

Art. 13 - Os casos não previstos nesta Resolução serão dirimidos pela CPU.

Art. 14 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

25 1625350 - I

EDITAL DE CHAMAMENTO

A Presidente da Comissão da Sindicância Administrativa Disciplinar nº 006/19, Sheila Santos Osman, conforme PORTARIA/NUCAD/ Cset - SEJUSP/SAD Nº 006/2019, publicada no Minas Gerais de 06 de Novembro de 2019, tendo em vista o disposto no artigo 225 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, INTIMA, durante 08 (oito) publicações consecutivas, o processado abaixo relacionado pelo presente mandado, para querendo comparecer às audiências das testemunhas e processados a serem realizadas nos dias 03/05/2022 á 05/05/2022 de 10h:00m às 15h:00m e para o seu INTERROGATÓRIO que ocorrerá no dia 05/05/2022 às 15h:00m, que acontecerá nas dependências da Penitenciária de Ipaba I, endereço: Penitenciária de Ipaba I - Dênio Moreira, Rua dos Esportes, s/nº, Centro - Ipaba - CEP 35198-000, E-mail: comissao04nucad@gmail.com. GERALDO APARECIDO ROCHA GOMES, MASP: 1.133.449-7 audiência 05/05/2022 às 15h:00m. Processado SAD 006/2019

Belo Horizonte, 20 de abril de 2022

Sheila Santos Osman

MASP 1.196.188-5

Presidente de Comissão

20 1624237 - I

OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA – ATO Nº 217/2022 - REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do art. 27, do inciso II, da Lei Delegada nº 174, de 26/01/2007, alterado pelo art. 7º da Lei Delegada nº 182, de 21/01/2011, do servidor: MASP 14528541, LUIZ FERNANDO COSTA SANTOS, ASP - AGENTE DE SEGURANÇA PENITENCIARIO, Nível I, Grau B, acrescida de 50% da remuneração do cargo de DAD-4, a partir de 21/03/2022.

AnaLouise de Freitas Pereira
Superintendente de Recursos Humanos
Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública

25 1625193 - I

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Expediente

RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3135, 18 DE ABRIL DE 2022.
Altera a RESOLUÇÃO SEMAD Nº 3115, 29 DE DEZEMBRO DE 2021, que dispõe sobre a delegação de competência para a prática de atos de ordenação de despesas, de procedimentos licitatórios, de contratações e de convênios, de concessão de diárias e passagens, de gestão de materiais e de gestão de frota, no âmbito da estrutura administrativa da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, no uso de suas atribuições legais que lhes conferem, o art. 93, §1º, inciso III da Constituição do Estado de Minas Gerais, a Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e tendo em vista o Decreto nº 47.787, de 13 de dezembro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º – Revogar os §§ 1º e 2º do art. 2º da Resolução Semad nº 3115, de 29 de dezembro de 2021.

Art. 2º – Alterar o art. 8º da Resolução Semad nº 3115, de 29 de dezembro de 2021.

“Art. 8º – Fica delegada à servidora pública Vânia Mara de Souza Sarmento, CPF nº 525.868.396-68, Masp 1.021.007-8, a competência para ordenar despesas decorrentes dos contratos de prestação de serviços e aquisição de bens no âmbito da Secretaria Executiva da Semad, bem como as despesas de viagens e adiantamentos dos Conselheiros do COPAM e CERH, observado o princípio da segregação de função.”

Art. 3º – Alterar o art. 14 da Resolução Semad nº 3115, de 29 de dezembro de 2021.

“Art. 14 – Fica delegado ao Secretário Executivo, ao Chefe de Gabinete da Semad, ao Subsecretário de Regularização Ambiental, ao Subsecretário de Fiscalização Ambiental, ao Subsecretário de Tecnologia, Administração e Finanças e ao Subsecretário de Gestão

Ambiental e Saneamento, a competência de autorizar a emissão de bilhetes de passagens aéreas, em caráter excepcional, em prazo inferior a sete dias corridos, desde que devidamente formalizada a justificativa que comprove a inviabilidade do seu efetivo cumprimento, conforme caput e parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 45.444, de 06 de agosto de 2010.”

Art. 4º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 18 de abril de 2022.

Marília Carvalho de Melo

Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

25 1624740 - I

Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

(Publicado no Diário Oficial de “MG” no dia 30/03/2022 - pag. 12)
O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas, torna público que foi CONCEDIDA a Licença Ambiental abaixo identificada:

Onde se lê:

“(…)”

1) Licença Prévia, de Instalação e de Operação, concomitantes (LAC 1): *Carlos Justin Iora/Fazenda Trombas - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Cabeceira Grande/MG - Processo 6147/2021 - Classe 4.

“(…)”

Leia-se:

“(…)”

1) Licença Prévia, de Instalação e de Operação, concomitantes (LAC 1): *Carlos Justin Iora/Fazenda Trombas - Barragem de irrigação ou de perenização para agricultura - Cabeceira Grande/MG - Processo 6147/2021 - Classe 4.

“(…)”

*Obs.: As demais informações permanecem inalteradas.

25 1625325 - I

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público que o requerente abaixo identificado solicitou: - Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS: 1) Alvorada Comércio de Cereais, Minerais e Transporte Ltda., Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco, Grão Mogol/ MG, PA/nº 1670/2022 ANM 830.133/2022, Classe 2.

(a) Ludmila Veloso de Oliveira, Superintendente Regional

de Meio Ambiente da SUPRAM Norte de Minas.

25 1625329 - I

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foi alterada a Razão Social do empreendimento abaixo identificado:

1) De: Edilio Perón Ferrari/Fazenda Aliança e Buriti. CPF: 300.35* ****. Para: Edilio Perón Ferrari/Fazenda Aliança e Buriti, Mesopotânia, Brejo denominada Cercado, Buriti, Barra D' Anta. CPF: 300.35* ****. PA/Nº 32275/2012/001/2014. Validade: 31/07/2029. João Pinheiro/MG.

(a) Ricardo Barreto Silva, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foi apresentado EIA/RIMA, e que os estudos ambientais encontram-se à disposição dos interessados no endereço eletrônico <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia> e na Superintendência Regional de Meio Ambiente Noroeste de Minas - SUPRAM NOR, das 7:30h às 11:30h e das 13h às 17h. Comunica que os interessados na realização de Audiência Pública deverão formalizar o requerimento, conforme Deliberação Normativa COPAM nº 225/2018, no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/consulta-audiencia>, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação(*1).

(a) Ricardo Barreto Silva, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

1) Licença de Operação Corretiva (LAC 2): *Regis Wilson Nunes Ferreira/Fazenda Liberdade, Independência, Diamante I, II, III, Menininha, Santo Antonio dos Barreiros, Riacho dos Cavalos, Porteira ou Santa Cruz, Santa Cruz e Fazenda Liberdade, Independência, Diamante I, II, III, Menininha, Santo Antonio dos Barreiros, Riacho dos Cavalos, Porteira ou Santa Cruz, Santa Cruz Progresso, Boa Esperança, Genipapo, Ryu Matsu II e Uv Camisa.Uz - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Bonfinópolis de Minas/MG. Processo: 1665/2022 - Classe 4. **Informa ainda o Requerimento para regularização e alteração da Reserva Legal. Processo SEI/Nº 1370.01.0009928/2022-28. Compensação em imóvel de mesma titularidade em 40,7339 ha. Alteração da localização da RL dentro do próprio imóvel rural que contem a RL de origem em 53,5783 ha.

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na Modalidade Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1) Eduardo Goncalves Neto/Fazenda Imperial - Lugar Lote 27 - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Paracatu/MG. Processo: 1631/2022. 2) Agropecuaria Rossato SA/Fazenda Batalha I - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - Paracatu/MG. Processo: 1627/2022. 3) Elguinar Tavares Tuyama/ Fazenda São José e São José II - Criação de bovinos, bubalinos, equinos, mares, ovinos e caprinos, em regime extensivo - Paracatu/ MG. Processo: 1636/2022. 4) Saulo Adjuto Lapesqueur/Fazenda Buriti - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura - Paracatu/MG. Processo: 1625/2022. 5) M & A Combustíveis Ltda - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Lagoa Grande/MG. Processo: 1620/2022.

(a) Ricardo Barreto Silva, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

25 1625160 - I

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

- LAC 1 - Licença Prévia, Licença de Instalação e licença de Operação concomitante: 1) Pavican Pavimentação e Terraplenagem Ltda., Usinas de produção de concreto asfáltico, Três Corações/MG, PA SLA nº 1657/2022, Classe 4. 2) Porto de Areia Santa Rita de Cássia Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Cássia, Passos e Itaú de Minas/MG, PA SLA nº 1664/2022, Classe 4. Requerimentos para Intervenção Ambiental vinculados nº 1370.01.0007157/2022-58 e 1370.01.0007167/2022-79.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Convergence Technology Indústria e Comércio de Eletrônicos - Eireli, Fabricação de eletrodinâmicos e/ou componentes eletroeletrônicos, inclusive lâmpadas, Itapeva/MG, Processo nº 1639/2022; 2) José Sidney Silva, Centro de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papélio, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto agrotóxicos, Nazareno/MG, Processo nº 1658/2022; 3) Nova Lambari Ltda., Extração de água mineral ou potável de mesa, Lambari/ MG, Processo nº 1656/2022; 4) Transportes Allerand Ltda., Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, São Gonçalo do Sapucaí/ MG, Processo nº 1641/2022.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

TERÇA-FEIRA, 26 DE ABRIL DE 2022 – 9

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Sul de Minas torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

- LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1) Município de Boa Esperança, Extração de cascalho, rocha para produção de britas, areia fora da calha dos cursos d'água e demais coleções hídricas, para aplicação exclusivamente em obras viárias, inclusive as executadas por entidades da Administração Pública Direta e Indireta Municipal, Estadual e Federal, Boa Esperança/MG, Processo nº 1140/2022, Classe 2, Motivo: Insuficiência técnica.

(a) Ludmila Ladeira Alves de Brito, Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Sul de Minas.

25 1625049 - I

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

RESOLUÇÃO CONJUNTA IGAM/IEF/FEAM

Nº 3.125/2022, 25 de Abril de 2022.

Institui Comissão Técnica com a finalidade de avaliar o recurso apresentado no âmbito do processo da prestação de contas do Convênio nº 1371003688/2015, celebrado com o Instituto Alto Montana da Serra Fina, e elaborar parecer técnico.

O Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente, a Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas e o Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III do §1º do art. 93 da Constituição do Estado, o inciso I do art. 10 do Decreto nº 47.760, de 20 de novembro de 2019, o inciso I do art. 14 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, e o inciso I do art. 9º do Decreto nº 47.866, de 19 de março de 2020, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 46.319, de 26 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º – Instituir Comissão Técnica com a finalidade de avaliar o recurso administrativo apresentado no âmbito do processo de prestação de contas do Convênio nº 1371003688/2015, celebrado com o Instituto Alto Montana da Serra Fina, e elaborar parecer técnico, nos termos do art. 18 do Decreto Estadual nº 46.830/2015.

Art. 2º – A Comissão Técnica será composta pelos seguintes servidores:

I – Ederson Luis Telésforo, MASP nº 1.277.950-0;
II - Fabrizia Rezende Araújo, MASP nº 1.018.166-7, que a presidirá.
III – Daniela Cristiane da Silva Schetini, MASP nº 1.251.604-3; e
IV – Rosa Maria Cruz Laender Costa, MASP nº1.043.948-7.
Art. 3º – A Comissão Técnica terá o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos, a contar da publicação desta resolução conjunta.

Belo Horizonte, 25 de abril de 2022.

Renato Teixeira Brândão

Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins
Diretora-Geral do Instituto Estadual de Florestas

Marcelo da Fonseca
Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas

25 1625353 - I

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas Urga, do Norte de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 12 de 02 de maio de 2018 e Portaria Igam nº 39, de 30/04/2021, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificação: Retifica-se a portaria nº 1600125 publicada dia 12/10/2018. Outorgado: Hilda Andréa Loschi CPF:546. **** ***. Onde se lê: Vazão: 2,59 m³/h. Leia-se: Vazão: 3,04 m³/h. Município: Claro dos Poções. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia nas URGAs, NORTE DE MINAS. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Montes Claros, 25 de Abril de 2022.

25 1624953 - I

PORTARIA IGAM Nº 15, DE 20 DE ABRIL DE 2022

Prorroga a delegação de competência para decidir sobre os requerimentos de outorga e outros atos autorizativos de uso de recursos hídricos, conforme dispõe a Portaria Igam nº 12, de 25 de abril de 2018.

O DIRETOR-GERAL do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, tendo em vista o disposto na Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, e no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 47.866, de 19de fevereiro de 2020, e das demais legislações pertinentes,

Resolve:

Art. 1º - Prorrogar, por 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias,a delegação decompetência, ao Diretor de Planejamento e Regulação e aos Coordenadores das Unidades Regionais de Gestão das Águas- Urgas, para decidir sobre os requerimentos de outorgas e outros atos autorizativos de uso de recursos hídricos, nos termos daPortaria Igam nº 12, de 25 de abril de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 20 de abril de 2022.

Marcelo da Fonseca - Diretor-Geral do Igam

PORTARIA IGAM Nº14, DE 06 DE ABRIL DE 2022.
Altera a PortariaIgammº 83, de 08